

Selo de Mérito 2018 - ABC/FNSH DU

Submission Date	2018-02-16 16:16:10
Entidade/Instituição proponente do Projeto (sigla e por extenso)	COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná
Cidade e UF da instituição	Curitiba - PR
Título/Identificação do Projeto (máximo de cinco palavras)	Programa Morar Legal Paraná
Categoria do Projeto	4.3 - Ações, Planos e Programas voltados para a produção de HIS e/ou gestão
Nome e Cargo do responsável pelo Projeto junto à instituição inscrita:	Guilherme Cherobim Filho
E-mail do responsável pelo Projeto	guilhermecherobim@cohapar.pr.gov.br
Telefone com DDD do responsável pelo Projeto:	41 3312-5885
Número do celular com DDD do responsável pelo Projeto:	41 99132-2304
Objetivos do Projeto	Regularização Fundiária de assentamentos precários e irregulares, consolidados nas áreas urbanas dos municípios do Paraná.
Beneficiários diretos	Famílias com teto de renda familiar de até 6(seis) salários mínimos que já residem no imóvel há mais de cinco anos, sem condições financeiras para contratar engenheiro, topógrafo e advogado visando a regularização do imóvel, pelo alto custo envolvido.
Beneficiários indiretos	<ul style="list-style-type: none">- Poder Executivo Municipal (fidelização de cadastro imobiliário e base cartográfica, e aumento da receita tributária municipal);- Agentes financeiros e comércio local;- Agentes Notariais;- Agentes imobiliários;- comunidade no entorno da área beneficiada.

Detalhamento do Projeto

O Programa Morar Legal Paraná consiste na regularização fundiária de ocupações irregulares consolidadas das áreas urbanas dos municípios do Estado do Paraná, através da execução de serviços multidisciplinares de levantamento social, topográfico e titulação final.

Os municípios indicam as áreas, encaminham os mapas e matrículas atualizadas pertinentes, o suporte técnico municipal para prestação de informações, o Plano Diretor e respectivas leis complementares e atestam a inexistência de restrição ambiental, a inexistência de áreas de risco, que se tratam, em sua maioria, de famílias de baixa renda, que não há a necessidade de realocação de famílias e que, realmente são ocupações irregulares consolidadas.

A COHAPAR, por sua vez, analisa a documentação encaminhada através da DIRF - Diretoria de Regularização Fundiária, habilita tecnicamente cada município e elabora o devido Termo de Referência para contratação de empresa especializada para executar os serviços propostos.

A previsão para execução dos serviços é de 18(dezoito) meses.

Parcerias (mencionar as outras instituições que participam do projeto mesmo que não haja aporte financeiro relevante)

Prefeituras e cartórios de registro de imóveis.

Investimento (colocar a entidade e o valor correspondente)

O investimento previsto é de 40 milhões de reais para a regularização fundiária de 42 mil lotes urbanos com recursos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

Outras informações:

Em virtude da estratégia de contratação dos serviços propostos, conseguimos baixar o custo médio de regularização fundiária, incluindo a titulação final, de R\$ 3.200,00 para R\$ 950,00. Estes custos, por sua vez, deverão ser ressarcidos por cada família beneficiada, acrescidos dos custos e taxa média de inadimplência projetada, em parcelas mensais de R\$ 80,00. O pagamento será feito após a titulação e toda a arrecadação será investida em novos processos de regularização fundiária dentro do Programa Morar Legal. Nesta etapa, serão 102 municípios beneficiados, tais como Guaratuba no Litoral, Campo Largo, Fazenda Rio Grande e Mandirituba na região de Curitiba; Carambeí, Ivaí, Ventania, Tibagi, Telêmaco Borba, Sengés, Jaguariaíva e Arapoti na região de Ponta Grossa; Conselheiro Mairinck, Ribeirão do Pinhal, Curiúva, Joaquim Távora, Jacarezinho, Guamiranga e Bandeirantes na região de Cornélio Procopio; Farol, Quarto Centenário, Juranda, Roncador e Goioerê, na região de Campo Mourão; Brasilândia do Sul e Rondon, na região de Umuarama; Prudentópolis, Inácio Martins, Virmond, Turvo e Foz do Jordão, na região de Guarapuava; Fernandes Pinheiro, Rebouças e Guapirama na região de Irati; Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Mangueirinha e Salto do Lontra na região de Francisco Beltrão; Cafezal, Marechal Cândido Rondon, Santa Teresa do Oeste e Guaira, na região de Cascavel, entre outros.

Anexar arquivos com a apresentação do Projeto (pdf ou ppt), fotos (jpg ou png) e texto jornalístico (.doc)

Morar Legal Paraná

DEFINIÇÃO:

O programa Morar Legal Paraná foi desenvolvido pela Cohapar para ampliar a efetividade da Regularização Fundiária no Estado do Paraná. Por meio deste programa os municípios interessados indicam áreas que pretendem regularizar. Após esta etapa, a Cohapar realiza uma licitação para contratação de empresas especializadas em Regularização Fundiária para realizarem os serviços, sendo que os recursos para pagamento das empresas são oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

Após os trabalhos, as famílias beneficiadas realizarão o pagamento do serviço em 40 parcelas de R\$ 80. Esse valor será revertido pela Cohapar para outros programas habitacionais no Estado do Paraná, gerando, com isso, um círculo virtuoso de relevante interesse social.

A QUEM SE DESTINA

O Programa Morar Legal Paraná é destinado a todos os Municípios do Estado do Paraná.

CARACTERÍSTICAS

Para adesão ao programa, o Município deve indicar área sem restrição ambiental e que não exista a necessidade de realocação de famílias. Ainda, as famílias beneficiadas devem se adequar ao perfil de interesse social da Cohapar.

PARTICIPANTES

Cohapar, Municípios e empresas especializadas em regularização fundiária contratadas após a licitação.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

- Lei Estadual 18.573/2015 - Fundo Estadual de Combate à Pobreza

[001. CLIPPING.png](#)

Notícias

31/10/2017

Richa autoriza regularização de 1.000 imóveis em Guaratuba

A medida beneficia com mais segurança as famílias que ocupam imóveis sem documentação. O investimento é de R\$ 1 milhão com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. A iniciativa faz parte do programa Morar Legal Paraná, da Cohapar, que pretende regularizar 40 mil imóveis até 2018

O governador Beto Richa assinou nesta segunda-feira (30) a ordem de serviço para a regularização de 1.000 imóveis do município de Guaratuba, no Litoral do Paraná, que estavam sem documentação. A iniciativa faz parte do programa Morar Legal Paraná, da Cohapar, que pretende regularizar 40 mil imóveis até 2018. O investimento em Guaratuba é de R\$ 1 milhão, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

"Os programas de habitação promovem cidadania e a qualidade de vida dos paranaenses", afirmou o governador Beto Richa. Ele ressaltou que nos últimos sete anos, 83 mil famílias foram atendidas com casas populares e 25 mil com regularizações fundiárias. "O Paraná vive uma verdadeira revolução habitacional. Somente no Litoral cerca de 3 mil imóveis foram regularizados", afirmou. Ele destacou também outras ações do Governo do Estado para o desenvolvimento do Litoral, como recursos para infraestrutura urbana, revitalização de orlas e os investimentos em saneamento em Matinhos e Pontal do Paraná.

TRABALHO SOCIAL - O programa Morar Legal Paraná envolve trabalho social, cartografia e serviços documentais para escrituração e entrega dos títulos de propriedade às famílias, com custos reduzidos. A previsão é de que a ação em Guaratuba seja concluída em 18 meses.

O presidente da Cohapar Abelardo Lupion afirmou que há outros 22 estão em trâmites para receber o programa. Nessa etapa 25 mil famílias serão atendidas. "Este programa nos dá condições para ampliar a regularização fundiária. Guaratuba foi o primeiro, mas já estamos com processo para interiorizá-lo".

Para o prefeito de Guaratuba, Roberto Justus, o programa, além de proporcionar mais segurança às famílias movimentará a economia local. "Quando se tem a titulação o imóvel valoriza, os proprietários podem adquirir linhas de crédito e investir na cidade", disse.

Graças ao modelo de contratação adotado, os custos para que as famílias obtenham o título definitivo de propriedade também será reduzido. Com o programa Morar Legal Paraná cada regularização terá o custo aproximado de R\$ 1 mil, enquanto em outras situações o custo médio é de R\$ 5 mil. "É o menor custo do Brasil", explicou o presidente da Cohapar.

PRESENCAS - O secretário estadual de Planejamento e Coordenação Geral, Juraci Barbosa Sobrinho, e o deputado estadual Nelson Justus também acompanharam a assinatura.

[002. CLIPPING.png](#)

Notícias

17/01/2018

Governo atende 65,5 mil famílias com titulação de imóveis

Programa de regularização é o maior já realizado pela Cohapar e já atendeu 25 mil propriedades. Outras 40,5 mil serão beneficiadas até o fim de 2018. Nesta quarta-feira (17), o governador Beto Richa autorizou o início dos processos para 2.200 famílias de Campo Largo.



O governador Beto Richa autorizou nesta quarta-feira (17) o início dos processos de regularização de imóveis de 2.200 famílias de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba. A ação faz parte do Morar Legal Paraná, o maior programa de regularização de propriedades urbanas já promovido pelo Governo do Estado e o maior em andamento no Brasil. O programa, sob a responsabilidade da Cohapar, alcança 65,5 mil famílias.

Richa lembra que desde 2011 o Estado já regularizou de 25 mil propriedades urbanas e agora começa um trabalho para titulação de mais 40 mil imóveis, com um investimento de R\$ 40 milhões. "Todos os governos anteriores, somados, não chegaram aos números que o Paraná apresenta hoje", disse Richa.

De acordo com o governador, o processo de regularização dos imóveis é fundamental para qualidade de vida das famílias beneficiadas. "A titulação garante mais tranquilidade e dignidade à família. Ela passa a contar com segurança jurídica e a certeza de que o imóvel lhe pertence. Pode fazer crediário, tem endereço para correspondências", disse Richa.

O governador também destacou que todos os municípios paranaenses contam com ações do Estado na área de habitação. "Tudo isso está dentro da política habitacional desenvolvida no Estado, que atendeu de 2011 para cá 105 mil famílias, com moradias e com titulação de imóveis. Batemos todos os recordes em projetos habitacionais e o trabalho não para", afirmou. "Sabemos o quanto é importante para as pessoas realizar o sonho da casa própria".

COLETIVO - Entre 2011 e 2017 a Cohapar promoveu a regularização de 25 mil imóveis. O programa Morar Bem Paraná começou no ano passado e atenderá mais 40.590 famílias. O investimento é feito com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. "É o maior programa de regularização fundiária em execução do país", disse o presidente da Cohapar, Abelardo Lupion.

Pelo Morar Legal Paraná, a Cohapar licita empresas para conduzir o processo de regularização, de forma coletiva. Isso garante mais rapidez e agilidade ao trabalho e também reduz drasticamente os custos unitário para as famílias. "Se as famílias não tivessem o apoio do Governo do Estado, a regularização custaria, individualmente, em torno de R\$ 7 mil. Com o programa, elas pagarão menos de R\$ 1 mil e só depois que receber o título e da maneira como puder pagar", explicou Lupion.

Do total de regularizações previstas no programa, 4.567 já têm os serviços contratados, 31.833 estão em licitação e há mais 4.190 regularizações em fase de negociação com as prefeituras. "Até abril todas as regularizações estarão licitadas", disse Lupion, que acrescenta que a seleção das áreas alcançadas pelo programa é feita pelas prefeituras, com base em critérios sociais. As famílias beneficiadas têm renda mensal de, no máximo, 6 salários-mínimos.

VIDA MELHOR - O projeto de Campo Largo recebe investimento de cerca de R\$ 2 milhões. O encaminhamento da documentação dos 2.200 imóveis, o acompanhamento dos processos e todas as demais ações serão executadas pela empresa Formata Assessoria Urbanística e Ambiental, vencedora do processo de licitação feito pela Cohapar.

"Até agora essas famílias estão em cima de um capital morto, elas têm a posse do terrenos mas não a propriedade", disse o prefeito Marcelo Puppi. "Com a titulação, elas poderão empreender e ter uma vida muito melhor. Essa ação do Governo do Estado representa tudo para as famílias, porque quando você não tem o documento da sua própria casa é como se você não tivesse sua carteira de identidade", afirmou Puppi.

O prazo de execução dos serviços é de 18 meses após a assinatura do contrato e prevê ações do programa em 10 localidades do município - Jardins Guaraní, Guaraní I e Guaraní II, Guaráic, Santa Nely, Dom Pedro II, loteamentos Lamback, Santa Rita e São Vicente, vilas Torres I e II, Vila Mariano Torres e Cercadinho.

PRESENCAS - Acompanharam o evento em Campo Largo os deputados estaduais Pedro Lupion e Plauto Miró Guimarães e o chefe da Casa Militar, coronel Élio Manoel de Oliveira.

[003. CLIPPING.png](#)

[Morar Legal Parana.ppt](#)

[PROGRAMA MORAR LEGAL PARANA.pdf](#)